

**Por uma Educação que
Reconheça a Diferença LGBT**

For an Education that
Recognizes the LGBT Difference

Por una Educación que
Reconozca la Diferencia LGBT

Pour une Education qui
Reconnait la Différence LGBT

Lauro Victor Nunes

lauro.nunes@usp.br

*Bacharel em Gestão de Políticas Públicas da
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.*

Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças

Autor: Richard Miskolci

Coleção: Cadernos da Diversidade (Volume 6)

Belo Horizonte: Autêntica, 2012

2ª edição – revisitada e ampliada.

82 páginas.

ISBN: 978-85-65381-28-4

A articulação dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil tem sido temática recorrente na mídia e na agenda política dos governos desde a redemocratização. Pode-se remontar ao período de promulgação da Constituição Federal de 1988, em que a inclusão da discriminação por orientação sexual no artigo 5º da Carta Magna foi vetada por parlamentares da bancada religiosa, o que representaria, em

Resenha

tese, um indicativo das dificuldades de alavancagem dos direitos às pessoas LGBT's que têm protagonizado a arena política brasileira recentemente. Apesar das múltiplas iniciativas do Executivo federal em reconhecer como legítimas as demandas da população LGBT, estabelecendo-se como marco o programa interministerial “Brasil Sem Homofobia”, de 2004, o que se observa é que o Legislativo nacional tem se posicionado contrariamente à aprovação destes projetos, comprometendo, assim, a capacidade de cumprimento das agendas políticas que os governos – nacionais e subnacionais – desde a década passada, firmaram junto à população antes das eleições.

Considerando este contexto, a educação pode adquirir um papel instrumental de mudança desta realidade de inaccessibilidade a direitos sociais e garantias fundamentais que caracterizam a subcidadania LGBT. Assim sendo, reconhece-se aqui a sua importância enquanto ciência deslegitimadora dos pré-conceitos e prática emancipadora e libertária dos indivíduos, seguindo-se o ideal freiriano.

Para tanto, mostra-se fundamental apresentar a obra “Teoria *Queer*: um aprendizado pelas diferenças”, de Richard Miskolci, oportunidade em que se dissertou a respeito do papel da educação em reconhecer – ou deslegitimar – o exercício da sexualidade e da identidade de gênero na atualidade, apresentando-se a viabilidade de construção de um ambiente escolar alternativo à lógica multiculturalista da “diversidade” e da “tolerância”, que, enfim, reconheça a diferença não enquanto elemento de hierarquização e sujeição dos indivíduos, mas sim como um princípio identitário, que revela demandas e necessidades próprias, e até então esquecidas, de grupos sociais tidos como minoritários. Segundo Miskolci (2012:15), “o termo 'diversidade' é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo 'diferença' é mais ligado à ideia do reconhecimento como transformação social, transformação das relações de poder, do lugar que o outro ocupa nelas”. Ainda sobre este aspecto, descreve que “[...] lidar com as diferenças impõe encarar as relações sociais em suas assimetrias e hierarquias, reconhecendo que a divergência é fundamental em um contexto democrático” (Miskolci, 2012:52).

Memória Política, Consciência Política e a Educação: elementos iniciais

Richard inicia sua obra relatando, em primeira pessoa, suas experiências enquanto estudante de escola pública no período do regime militar. De acordo com o autor, a instituição escolar, neste período, estava claramente comprometida com os ideais autoritários e centralizadores do regime político que se instalara, por meio de um golpe de Estado, a partir de 1964 no Brasil. Neste contexto, a sala de aula representava o cenário de reprodução da lógica positivista do regime, caracterizado pelo nacionalismo exacerbado e pela ênfase à disciplina. Ademais destes aspectos, caracteriza a instituição escolar como produtora de desigualdades sociais, tendo a autoridade e a masculinidade como valores dominantes e complementares que subjulgavam, simbólica e socialmente, a mulher e os homens tidos, por consenso, como efeminados. Neste sentido, pode-se relatar que o machismo, a misoginia e a homofobia se faziam reiteradamente presentes nestas relações escolares. Assim sendo:

Marcado por um processo educacional autoritário e violento, conheço suas marcas tanto naqueles que saem como esperado quanto nos que resistem ou são expelidos. Essa *memória sombria* sobre minha geração me veio à mente enquanto pensava em como transformar a Aula Magna em que proferi em Ouro Preto, em agosto de 2010, na abertura

do curso Educação para a Diversidade e Cidadania, neste livro, que aspira ser uma breve e modesta contribuição para – quiçá – começar a transformar a realidade vivenciada por aquelas e aqueles que viveram um longo e doloroso conflito com os objetivos educacionais. (Miskolci, 2012: 11 – grifo meu)

A psicologia política enquanto área interdisciplinar do conhecimento (Silva, 2012, 2015) teoriza a memória política enquanto elemento cognitivo e social de produção de percepções, recordações e lembranças subjetivas a respeito de determinado fato histórico vivenciado pelo sujeito. Para além desta definição, tem-se que “a memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente” (Santos, 2003:25-26).

No caso em questão, observa-se que, tendo o autor vivenciado tais situações de desrespeito e exclusão social e, posteriormente, utilizando-se delas para a produção de um livro de educação para a diversidade, isso demonstra que “a memória política é capaz de motivar, alterar, rever comportamentos políticos na sociedade, ou seja, ela está comprometida com a transformação social” (Ansara, 2008:52), ao passo em que os referenciais do passado são ressignificados visando a mudança de determinada realidade atual. A percepção de que as instituições escolares brasileiras já representaram, e ainda constituem, um cenário multicausal de reprodução legítima da violência contra a mulher e as pessoas LGBT's é fato suficiente para teorizar a respeito da necessidade de um modelo escolar que contemple a cidadania em todas as suas especificidades, inclusive e principalmente as demandas por igualdade, justiça e reconhecimento destes grupos sociais supracitados.

Ainda sob uma articulação com a psicologia política, pode-se analisar este fato tomando emprestada as considerações de Salvador Sandoval (1994) a respeito da consciência política dos indivíduos. Segundo este Sandoval,

[...] consciência é um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas. [...] A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes *a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta* e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta. (Sandoval, 1994:59 – grifo meu).

Para o caso exposto por Miskolci (2012), pode-se considerar que o recente questionamento deste autor no que tange ao papel social cumprido pela escola, especialmente quando da sua contribuição com a reprodução de estigmas justificados por questões de gênero e sexualidade, representa, por parte de Richard, a tentativa de superação de uma consciência política dominante que, segundo Silva (2001), seria a responsável pela manutenção do *status quo* da sociedade. Assim sendo, tem-se uma consciência política alinhada à desconstrução das normas sociais vigentes que legitimam exclusões e violências de toda ordem e que se propõe, no caso aqui analisado, a repensar a permanência de certas relações de poder dentro do ambiente escolar, levando em conta que estas não foram de todo superadas sequer com a ascensão do Estado Democrático de Direito e suas diretrizes atuais para a educação básica e superior.

Cultura, Poder e Normalização: o gênero e a sexualidade

Considerando que o exercício da sexualidade está circunscrito a uma lógica de hierarquização dos sujeitos, tendo-se, por base, a norma heterossexista dominante, o autor faz uma importante diferenciação entre os conceitos de heterossexismo, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. Em relação ao primeiro, descreve-o como a “pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais” (Miskolci, 2012:46). Utilizando-se por base os estudos de Adrienne Rich, caracteriza a heterossexualidade compulsória como a “imposição de relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto” (Miskolci, 2012:46). Por fim, a heteronormatividade é vista como “a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (Miskolci, 2012:46-47).

Ademais destas diferenciações conceituais, o que se nota é que o argumento dos heterossexistas frente a liberação sexual é que a equiparação homo-hetero questiona a diferenciação secular dos sexos e das sexualidades o que, em tese, colocaria em risco a estruturação psíquica do indivíduo e a continuidade da sociedade, pois representaria um suposto impedimento à reprodução da espécie. Desta forma, tem-se um elemento doutrinário, apresentado como “ciência”, a fim de legitimar uma desigualdade construída socialmente e que visa atribuir à heterossexualidade um caráter de exclusividade, de normalidade e de protagonismo. Tendo em vista que a normalização é um instrumento de negação ou silenciamento do diferente, do incomum, do tido socialmente como “anormal”, no caso as pessoas LGBT's, isto demonstra que a sociedade é (re)produtora de discursos e técnicas que levam a certos indivíduos a serem circunscritos em sistemas de exclusão e rechaço. De acordo com Miskolci (2012:34), a normalização pode representar a “indução a comportamentos heterossexuais” ou até mesmo uma complexa concepção de poder responsável pelo disciplinamento e controle social dos “diferentes”. Neste sentido, pode-se considerar que:

Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem de onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma 'segura', ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória. (MISKOLCI, 2012:34)

Os Movimentos LGBT's: “da cidadania homossexual” à pluralidade d@s *queers*

Na década de 1960, era perceptível o surgimento daqueles que seriam os novos movimentos sociais, sendo eles compostos pelo movimento negro, pelo movimento feminista e pelo movimento homossexual. São coletivos que, de forma pioneira, trazem para o espaço público demandas que extrapolam a então pressão social existente pela redistribuição econômica. De acordo com Richard,

[...] de forma geral, esses movimentos afirmavam que o privado era político e que a desigualdade ia além do econômico. Alguns, mais ousados e de forma vanguardista, também começaram a apontar que o corpo, o desejo, a sexualidade, tópicos antes ignorados, eram alvo e veículo pelo qual se expressavam relações de poder. (Miskolci, 2012:22)

Ainda que a ascensão do movimento homossexual possa ter representado um avanço pela conquista e ampliação de direitos às diversidades sexuais e de gênero, mostra-se relevante apontar que estes grupos sociais estiveram circunscritos a um sistema de crenças e valores próprios, em muito reprodutores da lógica de pensamento vigente: a heterossexualidade e seus instrumentos de negação, dominação e exclusão. Neste sentido, o autor relata que “em sua maior parte, o movimento homossexual emerge marcado por valores de uma classe média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação sexual” (Miskolci, 2012:24), esforços estes com vistas à criação de uma “*imagem limpa e aceitável da homossexualidade*” (Miskolci, 2012:26 – grifo meu), o que revela que, em um primeiro momento, os “estudos gays” e as então demandas pelas diversidades não incluíam aqueles que rompiam as normas de gênero e, conseqüentemente, acabavam submetidos a maiores retaliações sociais. Isso demonstra o grau de assimilação, ou seja, da não-desconstrução cognitiva da heterossexualidade em que gays e lésbicas estavam inseridos. Para tal, tem-se que “muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade” (Miskolci, 2012:15).

Segundo o autor, o conjunto de reivindicações por “direitos sexuais”, no Brasil, inicia-se com o advento do HIV na década de 80, situação em que “o enfrentamento da epidemia aproximou Estado e movimento social em meio ao processo de redemocratização vivido depois de 20 anos de governo militar” (Miskolci, 2012:23). Neste período, faziam-se presentes certos discursos de ódio que associavam o vírus HIV e a AIDS a um “câncer gay”, ou seja, um suposto “castigo para aqueles que não seguiam a ordem sexual tradicional” (Miskolci, 2012:23), no caso, as pessoas LGBT's que questionavam a norma social, sexual e gênero vigente.

Os movimentos *queers*, de origem dos movimentos feministas, pregaram a transformação social via superação de estigmas culturais que legitimavam a exclusão e o preconceito contra àqueles definidos pela sociedade como “anormais” ou “não normalizados”, ou seja, os homossexuais que tinham dificuldade e/ou que não se encaixavam nos padrões tipicamente heteronormados. Neste sentido, “o *queer* buscar tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (Miskolci, 2012:26). Desta forma, os *queers* podem ser considerados um movimento contracultural, se for levado em consideração que a cultura ocidental judaico-cristã é a principal reprodutora do modelo familiar patriarcal, de dominância masculina e essencialmente heterossexual, com vistas ao cumprimento da reprodução da espécie. Assim sendo, “em termos políticos, o *queer* começa a surgir neste espírito iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais” (Miskolci, 2012:22).

Como Repensar a Educação Atual?

Miskolci (2012) relata que as sociedades são as responsáveis por reproduzir valores culturais que inscrevem certas práticas sexuais como normais ou patologizantes. Considerando esta premissa, o autor teoriza a respeito da viabilidade, bem como os desafios, de se construir uma educação voltada ao reconhecimento da diferença da diversidade sexual e da identidade de gênero em sua pluralidade. Segundo o autor, a primeira dificuldade se encontra nos próprios educadores, que partem do pressuposto de que o “ato de educar” é neutro, o que não necessariamente é verdade. Sobre este aspecto, relata que:

Isso é impossível porque todos/as trazemos uma bagagem cultural para nossas atividades profissionais, mas, sobretudo, porque educar nada tem de neutro, seus métodos e conteúdos têm objetivos interessados. [...] Essa suposta neutralidade da formação dos professores e da própria estrutura da escola fazia dela umas das principais ferramentas para a construção da heterossexualidade não como uma opção, mas sim como algo compulsório. (Miskolci, 2012:14)

Apesar desta premissa da neutralidade do ensino, a escola, em maior ou menor grau, ainda representa uma instituição que exerce a vigilância legítima, ou seja, autorizada pelo Estado, dos corpos e controle dos desejos. Outro desafio apontado pelo autor se refere aos discursos produzidos pela religião, emergidos em práticas sexuais voltadas para a reprodução biológica, além da exclusividade de expressão pública do amor entre pessoas de sexos opostos, sendo a figura do casamento religioso como tutela máxima da monogamia enquanto comportamento moralmente aceito e até mesmo idealizado. Miskolci (2012) relata que tais fatores historicamente levaram os indivíduos-alvo destes discursos a um sentimento pessoal de culpa e autorejeição que deve ser problematizado e desconstruído pela escola, ao contrário do que tem acontecido atualmente em que as instituições escolares, em geral, naturalizam os discursos heterossexistas, bem como a empreendem a sua reprodução programática.

Considerando este contexto, Richard estabelece a Teoria *Queer* como marco analítico-referencial deste necessário processo de retificação do papel exercido pela escola quanto ao reconhecimento – ou a falta deste – da pluralidade nas questões de gênero e sexualidade. A afirmação de uma diferença hierárquica entre o binômio heterossexual-homossexual, o esquecimento de outras formas de manifestação da sexualidade, como as pessoas assexuais e bissexuais, e das identidades de gênero *trans* não impedem a existência, ainda que silenciada, de outras práticas sexuais e outras formas de manifestação dos gêneros, ainda que incondizentes com os valores culturais e morais do patriarcado, alicerçadas sob o estigma da marginalização, do “pecado” e da deslegitimação social e estatal. Assim sendo, tem-se que:

A demanda *queer* é a do reconhecimento sem assimilação, é o desejo que resiste às imposições culturais dominantes. A resistência à norma pode ser encarada como um sinal de desvio, de anormalidade, de estranheza, mas também como a própria base com a qual a escola pode trabalhar. Ao invés de punir, vigiar ou controlar aqueles e aquelas que rompem as normas que buscam enquadrá-los, o educador e a educadora podem se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar. Em síntese, ao invés de ensinar e reproduzir a experiência da abjeção, o processo de aprendizado pode ser de ressignificação do estranho, do anormal como veículo de mudança social e abertura para o futuro. (Miskolci, 2012:67)

Neste caso, o *queer* enquanto elemento identitário dos movimentos LGBT's, por representar uma palavra em que a tradução literal significa “estranho”, “diferente”, “abjeto”, visa transgredir o padrão estabelecido socialmente como ideal e, neste caso, trazer para o debate público e político a necessidade de se repensar a forma de atuação dos educadores e o papel social desempenhado pelas instituições escolares no seu trato com as demandas feministas e das pessoas LGBT's, considerando que é dever da escola, sobretudo em um contexto político de democracia representativa e participativa, reconhecer a cidadania destes grupos sociais em sua plenitude.

Considerações Finais

Esta resenha não se objetivou a tão somente apresentar a forma de sistematização do conteúdo abordado pelo livro em questão, pelo contrário, priorizou-se por abandonar a ordem de pensamento estabelecida pelo autor em prol da construção de uma análise interdisciplinar que contemplasse um processo maior: o papel da memória política, empreendido por Miskolci (2012), contra o esquecimento e o silenciamento das demandas das diversidades sexuais e das identidades de gênero protagonizados pelo ambiente escolar, relações estas que já existiam durante o regime civil-militar brasileiro, segundo o próprio autor, e que foram continuadas na democracia que o sucedeu. Deste aspecto, concorda-se com autores como Silva (2006, 2007) e Ansara (2012) ao apontar que a memória dos oprimidos pela ditadura brasileira colabora com um processo de emancipação da consciência política destes indivíduos. De acordo com esta Ansara (2012:301):

[...] embora admitamos que exista um processo de "esquecimento" forjado e legitimado por uma "memória oficial" [...] é fundamental destacar a importância de uma consciência política proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que é uma verdadeira luta contra o esquecimento.

Em uma linha de pensamento complementar, Santos (2003:85) descreve que:

[...] enquanto a história representa a esquematização arbitrária do passado com seus cortes artificiais estabelecendo sequências e períodos, a memória coletiva representa uma corrente de pensamento que envolve seres humanos reais relacionando-se uns com os outros. O passado que existe no presente é o passado que existe na consciência do grupo. Os indivíduos sempre constroem o passado de acordo com preocupações e situações presentes.

Para o caso em questão, tem-se que as vivências de escolares de exclusão dos “diferentes”, vivenciadas e descritas por Miskolci, relacionam-se com o papel da consciência política deste em negar e desconstruir a reiterada influência da norma heterossexista dominante na educação brasileira. Assim sendo, pode-se concluir ratificando que a obra “Teoria *Queer*: um aprendizado pelas diferenças” representa um esforço da memória política silenciada de seu autor contra o secular esquecimento das demandas LGBT's por parte da educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansara, Soraia. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Psicologia política*, 8(15), 31-56.
- Ansara, Soraia. (2012). Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. *Psicologia Política*, 12(24), 297-311.
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. New York: Routledge.
- Louro, Guacira Lopes. (2008). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. (1ª ed. 1ª reimpr.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Miskolci, Richard. (2012). *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças* (Série Cadernos da Diversidade, Vol. 6). Belo Horizonte: Autêntica.
- Sandoval, Salvador A. M. (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. Em Mary Jane Spink. (Org.), *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Myrian Sepulveda. (2003). *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: AnnaBlume.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. *Interações estud. pesqui. psicol*, 6(12), p. 69-90.
- Silva, Alessandro Soares da. (2007). As Cores Memoriais (e Distorcidas) da (In)Diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da Homofobia. *Bagoas*, 1(1),1-28.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Psicologia Política*, 12(25), 409-423.
- Silva, Alessandro Soares da., & Barboza, Renato. (2006). Negar Direitos ao Coletivo LGBT não é um Ato de Poder de Traços Patriarcais?. *Cadernos IHU em Formação*, 199, 7-11.
- Silva, Alessandro Soares da., & Corrêa, Felipe. (2015). *No Interstício das Disciplinidades: a Psicologia Política*. Curitiba: Prismas.

• Recebido em 11/03/2015.

• Revisado em 21/04/2015.

• Aceito em 30/04/2015.